



Simulado de Reta Final - V

OAB



PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-29-05>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

Diante de uma catástrofe que ocorreu no Estado de São Paulo, fruto da queda de uma barragem que culminou no falecimento de três mil pessoas, o advogado Pedro Bial, inscrito na OAB/SP, anunciou os seus serviços em jornal de grande circulação, objetivando a indenização daquelas famílias que perderam os seus entes, e com a afirmação de que garantia o êxito da demanda.

Diante do exposto, assinale a opção correta, de acordo com o Estatuto da OAB.

- a) O poder de punir disciplinarmente os inscritos na OAB compete exclusivamente ao Conselho Federal.
- b) O processo disciplinar instaura-se apenas mediante representação de autoridade competente ou pessoa interessada.
- c) O advogado deverá ser suspenso preventivamente, desde que respeitado o contraditório prévio.
- d) O Conselho Seccional de São Paulo poderá instaurar processo ético-disciplinar contra o advogado.

Questão 2

Jack Vingador, renomado advogado no direito criminal, desferiu tiros contra a sua esposa ao flagrá-la com seu amante, Gil do Vigor.

Diante do ocorrido, e considerando que se instaurou processo criminal perante o advogado, assinale a alternativa correta.

- a) Jack Vingador deverá ser preso imediatamente, não aplicando-se o benefício da sala de Estado Maior.
- b) Jack Vingador, antes do trânsito em julgado, somente poderá ser preso em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela OAB.
- c) Jack Vingador somente poderá ser preso em sala de Estado Maior, antes do trânsito em julgado, e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- d) Jack Vingador somente poderá ser preso em prisão domiciliar, antes do trânsito em julgado.

Questão 3

Rubão do Vigor, advogado civilista, foi acometido de doença mental incurável, conforme atestados médicos e o reconhecimento em juízo de sua incapacidade absoluta.

Nesta situação, acerca da inscrição do advogado perante à OAB, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição do advogado será suspensa até que se sobrevenha novo laudo médico acerca da doença do advogado.
- b) A inscrição do advogado deverá ser cancelada frente à incurabilidade da doença.
- c) A inscrição do advogado será extinta por decisão do Conselho Federal.
- d) A inscrição do advogado deverá ser suspensa temporariamente até decisão definitiva do Conselho Seccional.

Questão 4

Jaran Araújo, um grande concurseiro, conseguiu a sua aprovação no concurso de Procurador do Estado, e tomou posse no mesmo ano.

Diante do exposto, ao tomar posse do concurso, Jaran se tornará

- a) impedido para todo e qualquer ato no exercício da advocacia.
- b) incompatível para o exercício da advocacia.
- c) incompatível para o exercício da advocacia, e a sua inscrição na OAB será cancelada.
- d) impedido de advogar contra o ente que lhe remunera.

Questão 5

Ferdinando foi contratado para advogar em prol de dois grandes amigos, Alberto e Albertino, os quais pretendiam uma indenização civil perante uma determinada empresa. Contudo, no curso do processo, sobrevieram conflitos de interesse entre os constituintes.

Segundo os ditames do CED, assinale a alternativa correta.

- a) Caberá a parte que se sentir prejudicada revogar expressamente os poderes conferidos ao advogado, e a este poderá acolher ou não.
- b) O advogado deverá renunciar a ambos os mandatos, de forma justificada e pública.
- c) O advogado deverá substabelecer com reserva de poderes, não resguardando o sigilo profissional.
- d) O advogado deverá optar, com prudência e discernimento, por um dos mandatos, e renunciar ao outro, resguardando o devido sigilo profissional.

Questão 6

Pedro Campos celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com a sociedade de advogados “X”, composta por dois renomados advogados, Rubão Jr. e Vandeco Jr., objetivando que ambos o representem em juízo.

Nessa situação hipotética, acerca da procuração judicial, assinale a alternativa correta.

- a) A procuração deverá ser outorgada aos advogados, e com a indicação de que eles fazem parte da referida sociedade.
- b) A procuração deve ser outorgada à sociedade, sendo dispensável a indicação expressa dos advogados que a integram.
- c) A procuração não precisa ser outorgada individualmente aos advogados, desde que conste o nome dos advogados sócios.
- d) A procuração pode ser outorgada tanto à sociedade quanto individualmente aos advogados.

Questão 7

Comendador, advogado regularmente inscrito na OAB/DF, tomou posse em cargo público comissionado, mais especificadamente na função de diretor jurídico de uma autarquia federal.

Nessa situação, quanto a sua inscrição na OAB, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição deverá ser mantida, pois a referida função é privativa de advogado.
- b) O advogado deverá ser licenciado de ofício, em razão do ingresso em cargo público.
- c) O advogado deverá solicitar o cancelamento de sua inscrição, já que não mais preenche os requisitos necessários para inscrição como advogado.
- d) O advogado deverá solicitar a suspensão da sua inscrição por tempo indeterminado.

Questão 8

Josimara, advogada, lactante, se dirigiu ao Tribunal Superior do Trabalho para realizar uma sustentação oral. Contudo, em razão de seu estado, solicitou preferência de ordem na sua sustentação, o que lhe foi denegado, sob a justificativa que tal direito somente seria garantido às gestantes.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) É direito da advogada, gestante, lactante, adotante ou que der à luz, ter a preferência na ordem das sustentações orais.
- b) Apenas a advogada, gestante e lactante, possui direito à preferência na ordem das sustentações orais.
- c) Apenas a advogada gestante possui direito à preferência na ordem das sustentações orais.
- d) Apenas a advogada que der à luz possui direito à preferência na ordem das sustentações orais.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

No que se refere aos conflitos aparentes de normas e aos métodos para sua resolução, é CORRETO afirmar:

- a) O critério de especialidade se sobrepõe em relação aos demais.
- b) O conflito pode ser total ou parcial. No primeiro caso, a solução leva à ab-rogação; no segundo à derrogação.
- c) Quando se instaura um conflito entre os meios de solução de conflito, temos uma antinomia de primeiro grau.
- d) Havendo conflito entre normas do mesmo nível, gerais e contemporâneas, a escolha da lei aplicável passa a ser discricionária.

Questão 10

Quando ao utilitarismo de John Stuart Mill é CORRETO afirmar:

- a) Ignorou a crítica ao utilitarismo de que a teoria não considera os direitos individuais e defendeu que todas as questões morais devem ser reduzidas operações matemáticas de dor e prazer a médio prazo.
- b) A única base para classificar as experiências é se o prazer é mais ou menos duradouro e intenso, não se devendo realizar qualquer tipo de julgamento qualitativo sobre elas.
- c) Mesmo dentro de uma ótima utilitarista, a liberdade deve ser vista como um fator fundamental à vida em sociedade.
- d) O nível de bem-estar gerado pelas ações deve ser considerado a curto prazo, uma vez que experimentamos o prazer de forma imediatista.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

O Estado-Membro Y da Federação brasileira deixou de pagar precatórios decorrentes de decisão transitada em julgado na Justiça Militar. Com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, o Estado Y:

- a) poderá sofrer intervenção federal, por meio de requisição da Justiça Militar, para prover a execução de decisão judicial.
- b) não poderá sofrer intervenção federal.
- c) poderá sofrer intervenção federal, por meio de requisição do Supremo Tribunal Federal, para prover a execução de decisão judicial.
- d) poderá sofrer intervenção federal, por meio de requisição do Superior Tribunal de Justiça, para prover a execução de decisão judicial.

Questão 12

O Estado do Rio de Janeiro, diante ausência de lei federal sobre um tema de competência legislativa concorrente, em 2000, exerceu sua competência legislativa em matéria de proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, nos termos da Constituição Federal. Em 2016, a União editou lei federal que regulou normas gerais. No entanto, a lei federal foi objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. Não foi suspensa a aplicação da norma federal, no entanto, ela foi declarada inconstitucional, em 2019. Com isso, a lei estadual:

- a) deve ser considerada inválida, pois a competência legislativa concorrente permite que o Estado exerça sua competência suplementar somente após a União exercer plenamente sua competência de legislar sobre normas gerais.
- b) deve ser considerada válida, pois a superveniência de lei federal apenas suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário, no âmbito da competência concorrente, de modo que, com a declaração de inconstitucionalidade da lei federal, a norma estadual teve sua eficácia restabelecida.
- c) deve ser considerada inválida, pois no âmbito da competência legislativa concorrente, caberia ao Município, não ao Estado, legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- d) deve ser considerada válida, pois a lei federal não revoga nem suspende a eficácia da lei estadual.

Questão 13

Em janeiro de 2019, para a reestruturação da ordem, o Poder Público discutia a possibilidade de decretação de estado de defesa ou de sítio. Muitos professores de Direito discutiram o tema com seus alunos em sala de aula. Com base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta a respeito de tais medidas:

- a) Compete ao presidente da República a decretação do estado de defesa, abrangendo locais restritos e determinados, no prazo máximo de 30 dias, prorrogado por mais 30 dias, de cada vez.
- b) No estado de sítio, o presidente da República verifica a hipótese legal, solicita pareceres dos Conselhos da República e de Defesa Nacional e, com os pareceres, solicita ao Congresso Nacional autorização para a decretação do estado de sítio.
- c) O decreto que institui o estado de sítio determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas que entrarão em vigor.
- d) Com a decretação do estado de defesa, poderão ser restringidas, em tese, todas as garantias constitucionais, desde que presentes a necessidade de efetivação da medida, a deliberação prévia do Congresso Nacional e a previsão no decreto presidencial.

Questão 14

O Estado Gama, atualmente vive uma situação de extrema violência urbana devido ao crescimento do poder dos traficantes e ladrões em seu território. Diariamente há várias depredações a comércios locais, residências e roubos.

Diante de tal fato, o Governador decretou estado de sítio, estabelecendo um toque de recolher às 20h. Esse decreto:

- a) É inconstitucional porque o governador não tem competência para zelar pela segurança pública.
- b) É constitucional porque violência urbana é assunto de interesse regional.
- c) É ato administrativo que compete ao Governador, com todos requisitos e atributos legais perfeitos, devendo ser cumprido.
- d) É inconstitucional, pois somente a União tem competência para decretar estado de sítio.

Questão 15

A revista Y veiculou matéria jornalística com conteúdo inverídico sobre Sílvio. Diante de tal fato, Sílvio pretende tomar as providências jurídicas cabíveis em razão dos danos morais e materiais que sofreu. Em situações como esta, a Constituição Federal assegura ao ofendido:

- a) o direito de resposta, proporcional ao agravo ou, então, o direito à indenização por dano moral e material, sendo vedado ao ofendido, sob pena de enriquecer ilícitamente, cumular o exercício do direito de resposta com o recebimento de indenização pelos danos sofridos.
- b) o direito à indenização por dano material e moral, sendo incabível o direito de resposta, uma vez que a Constituição Federal prevê a liberdade de manifestação do pensamento e de comunicação.
- c) o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material e moral.
- d) o direito de pleitear, junto ao órgão de fiscalização competente, a aplicação de penalidades administrativas ao autor da matéria, não cabendo o direito de resposta, nem indenização por danos materiais e morais, uma vez que a Constituição Federal assegura a liberdade de manifestação do pensamento.

Questão 16

João, Governador do Estado X, pretende candidatar-se à reeleição para o cargo, também almejado por José, Prefeito de um Município. Considerando que ambos estão em exercício de primeiro mandato, e de acordo com as regras constitucionais sobre inelegibilidade:

- a) João e José poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, independentemente de renunciarem a seus mandatos.
- b) João somente poderá candidatar-se à reeleição caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito, mas José poderá ser candidato a Governador, independentemente de renunciar a seu mandato.
- c) João e José poderão ser candidatos aos cargos que pretendem, desde que renunciem aos respectivos mandatos quatro meses antes do pleito.
- d) João poderá ser candidato à reeleição, independentemente de renunciar a seu mandato, mas José somente poderá candidatar-se a Governador caso renuncie ao mandato até seis meses antes do pleito.

Questão 17

A Lei 111/2019 do Município X, além de contrariar dispositivos da Constituição Federal, contrariou, da mesma forma, previsões expressas do texto da Constituição Estadual, mesmo que de repetição obrigatória e redação idêntica. Assim, a ação direta de inconstitucionalidade deverá ser processada e julgada perante:

- a) o Superior Tribunal de Justiça.
- b) a Assembleia Legislativa do Estado-membro.
- c) o Tribunal de Justiça do respectivo Estado-membro.
- d) o Supremo Tribunal Federal.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Uma cidade fronteiriça percebeu um intenso fluxo de migrantes que tem sobrecarregado o sistema de saúde local. Os moradores locais estão cobrando medidas enérgicas do Prefeito de modo que os serviços sejam voltados apenas para os brasileiros em razão da pandemia do Covid-19. Com base na Lei nº 13.445/2017, assinale a alternativa correta:

- a) Também é considerado como imigrante a pessoa nacional de outros país que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de estabelecimento definitivo no território nacional.
- b) A política migratória brasileira, embora preveja a acolhida humanitária, não admite a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante.
- c) Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, sendo-lhe assegurado, por exemplo, o direito à saúde.
- d) Os migrantes, por não serem nacionais, não têm direito aos serviços públicos de saúde, assistência social e previdência.

Questão 19

Um grupo de estudantes de Direito está participando do Programa “Jovem Parlamentar”, desenvolvido pela Câmara dos Deputados, permitindo que os alunos simulem sessões, votações e aprovações legislativas. Um deles apresenta um projeto de lei que prevê a obrigatoriedade de filiação sindical para trabalhadores de categorias que tenham sindicato formalizado; igualdade das jornadas de trabalho quando estes forem perigosos, insalubres ou noturnos; licença remunerada para gestantes apenas após o parto.

Considerando as disposições do Protocolo de San Salvador, pode-se afirmar:

- a) As propostas formuladas pelo aluno já correspondem a previsões do Protocolo e, assim, não há necessidade de aprovação do projeto de lei proposto.
- b) O Protocolo de San Salvador assegura o direito à organização sindical e à liberdade de filiação ao sindicato de sua escolha, sendo vedado ao trabalhador não pertencer a um sindicato representante de sua categoria.
- c) As gestantes fazem jus à licença remunerada antes e após o parto, mas não há qualquer previsão quanto à duração da jornada em se tratando de trabalhos perigosos, insalubres ou noturnos.
- d) Os trabalhadores não podem ser obrigados a pertencer a um sindicato e, além disso, garante-se à gestante o direito de gozar de licença remunerada antes e após o parto.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Juliana, brasileira, celebra no Brasil um contrato de prestação de serviços de consultoria no Brasil a uma empresa pertencente a Thomas, francês residente em Lyon, para a realização de investimentos no mercado acionário brasileiro. O contrato possui uma cláusula indicando a aplicação da lei francesa.

Em ação proposta por Juliana no Brasil, surge uma questão envolvendo a capacidade de Thomas para assumir e cumprir as obrigações previstas no contrato.

Com relação a essa questão, a Justiça brasileira deverá aplicar

- a) a lei brasileira, porque o contrato foi celebrado no Brasil.
- b) a lei francesa, porque Thomas é residente da França.
- c) a lei brasileira, país onde os serviços serão prestados.
- d) a lei francesa, escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa.

Questão 21

Uma sociedade brasileira, sediada no Paraná, resolveu contratar uma sociedade americana, sediada na Califórnia, para realizar um estudo que lhe permitisse expandir suas atividades no exterior, para poder vender seus produtos no mercado americano. Depois de várias negociações, o representante da sociedade americana veio ao Brasil, e o contrato de prestação de serviços foi assinado em Curitiba. Não há no contrato uma cláusula de lei aplicável, mas alguns princípios do UNIDROIT foram incorporados ao texto final. Passados 9 meses, o contrato não foi cumprido. A sociedade brasileira ajuizou uma ação no Brasil. A sociedade americana, na sua contestação, alegou que a cláusula era inválida segundo o direito americano.

Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, qual é a lei material que o juiz deverá aplicar para solucionar a causa?

- a) A lei brasileira, pois o contrato foi firmado no Brasil.
- b) A lei americana, pois o réu é domiciliado nos Estados Unidos.
- c) Os princípios do UNIDROIT, porque muitas cláusulas foram inspiradas nessa legislação.
- d) A Lex Mercatoria, porque o que rege o contrato internacional é a prática internacional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

A sociedade empresária ABC Ltda. praticou, no mês de março de 2015, o fato gerador de tributo sujeito a lançamento por homologação. A respectiva autodeclaração foi corretamente entregue pela contribuinte no dia 15 de abril do mesmo ano, porém, o débito não foi pago. Então a Fazenda Pública inscreveu o débito na Dívida Ativa e ajuizou a Ação de Execução Fiscal para cobrança em 5 de fevereiro de 2020 e o juiz despachou a ordem de citação no dia 10 do mesmo mês. Com base nas informações apresentadas e na jurisprudência do STJ – Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) A Fazenda Pública ainda não poderia ter ajuizado a Execução Fiscal, pois a mera entrega da declaração reconhecendo o débito fiscal não constitui o crédito tributário.
- b) A entrega da declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constituiu o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte da Fazenda Pública.
- c) Muito embora a entrega da declaração reconhecendo o débito fiscal tenha constituído o crédito tributário, ocorreu sua extinção pela prescrição.
- d) O lançamento por homologação é privativo das pessoas físicas ou naturais e não pode ser apresentado por sociedades empresárias.

Questão 23

A entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos ABC, devidamente registrada e cumprindo todos os requisitos legais para o gozo da imunidade tributária, apresentou dois requerimentos à Receita Federal do Brasil: i) de reconhecimento da imunidade tributária quanto ao imposto incidente sobre suas rendas; e ii) de reconhecimento da imunidade tributária quanto à contribuição para a seguridade social. Com base nas informações apresentadas, o Fisco Federal deverá:

- a) Indeferir o pedido quanto ao imposto, pois as entidades beneficentes de assistência social têm imunidade tributária somente quanto às contribuições para a seguridade social.
- b) Indeferir o pedido quanto às contribuições para a seguridade social, pois as entidades beneficentes de assistência social têm imunidade tributária somente quanto ao imposto incidente sobre suas rendas.
- c) Deferir os dois pedidos, pois as entidades beneficentes de assistência social têm imunidade tributária quanto ao imposto incidente sobre suas rendas e quanto às contribuições para a seguridade social.
- d) Indeferir os dois pedidos, pois as entidades beneficentes de assistência social têm direito somente à isenção tributária quanto ao imposto incidente sobre suas rendas e quanto às contribuições para a seguridade social.

Questão 24

A indústria Alfa vende os produtos que fabrica à pessoa jurídica Beta, comerciante, que os revende, por sua vez, aos consumidores finais. A fabricante e a comerciante estão estabelecidas no mesmo Estado-membro da federação, onde vigora lei que obriga as indústrias a recolher o ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços incidente em toda cadeia produtiva ou econômica (regime de Substituição Tributária). Assim, por força dessa lei, a fabricante é substituta tributária e deve recolher o ICMS incidente na venda dos produtos pela comerciante B (substituída) aos consumidores finais. Acaso a indústria Alfa recolha indevidamente o ICMS em determinado período, como substituta tributária de Beta, relativamente a fato gerador presumido que posteriormente não se realizou, é correto afirmar que a legitimidade jurídica para postular a restituição desse imposto indevidamente pago é:

- a) Do contribuinte de fato.
- b) Da pessoa jurídica Beta.
- c) Da pessoa jurídica Alfa.
- d) Da pessoa jurídica Alfa e da pessoa jurídica Beta, concorrentemente.

Questão 25

O Governador do Distrito Federal sancionou lei aprovando a nova PGV - Planta Genérica de Valores, que fixa a base de cálculo efetiva do IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana para cada imóvel. A referida lei foi publicada em 3 de dezembro de 2020, estabelecendo sua aplicação para todos os fatos geradores praticados a partir de 1º de janeiro de 2021. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.
- b) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete ao Princípio da Anterioridade Anual.
- c) A fixação da base de cálculo do IPTU não se submete aos Princípios da Anterioridade Anual e da Anterioridade Nonagesimal.
- d) O Distrito Federal não possui competência tributária quanto ao IPTU, pois se trata de tributo da competência dos Municípios.

Questão 26

Paulo importou da Itália, pessoalmente, um carro superesportivo de luxo para o seu uso pessoal. Ao retirar o veículo no Departamento Aduaneiro da Receita Federal do Brasil (desembarço aduaneiro) foi surpreendido com a exigência do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços. Sobre tal exigência, é correto afirmar que:

- a) Não é devido ICMS na importação feita por pessoa física que não é contribuinte habitual do imposto.
- b) Não é devido ICMS na importação de produto para uso próprio.
- c) A entrada de bem ou mercadoria importados do exterior possui imunidade tributária quanto ao ICMS.
- d) O imposto é devido.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

Os municípios Beta e Alfa são limítrofes e integram um mesmo estado da federação. Visando conferir viabilidade econômica a um projeto de Parceria Público-Privada (PPP) que tem por objetivo aprimorar o sistema de iluminação pública das cidades, eles celebraram contrato de consórcio público a fim de permitir a gestão associada do serviço. A celebração do contrato resultou na criação de uma associação pública. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) a associação pública não possui competência para a celebração do contrato de PPP, por se tratar de entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado.
- b) o consórcio público firmado pelos Municípios integra a administração indireta do Município que for responsável pela gestão do consórcio.
- c) o contrato de consórcio pode estabelecer a doação, destinação ou cessão do uso de bens móveis ou imóveis e as transferências ou cessões de direitos operadas por força de gestão associada de serviços públicos.
- d) o consórcio público será constituído por contrato, cuja celebração dependerá da prévia subscrição do contrato de rateio.

Questão 28

O Prefeito do Município de Montanhas, ao assumir o cargo, verificou que a frota de veículos do ente público está muito velha e apresentando problemas mecânicos recorrentemente. Por isso, pretende adquirir oito (oito) veículos novos para sua frota, orçados cada qual em cerca de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com padrões e características usuais do mercado. Necessitando saber qual modalidade licitatória aplicável ao caso e suas características, ele envia consulta a sua assessoria jurídica, que informa corretamente que:

- a) não é possível a utilização da modalidade Pregão, em razão do valor dos bens a serem adquiridos, mas o ente público poderá utilizar algumas das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- b) é possível a realização da licitação pela modalidade do Pregão, caracterizada pela inversão de fases, procedendo-se à classificação de acordo com os lances iniciais ofertados, sendo vedada negociação com o vencedor.
- c) é possível a realização da licitação pela modalidade do Pregão, desde que a definição do objeto seja precisa, suficiente e clara, sendo vedadas especificações excessivas que limitem a competição.
- d) é possível a realização da licitação pela modalidade do Pregão, sendo admitida a exigência de garantia de proposta.

Questão 29

Em 2015, foi editada uma Lei no Estado X criando novos cargos, a qual exigia a escolaridade de ensino médio para o cargo de auxiliar administrativo. Em 2020, referida lei foi alterada e passou a exigir ensino superior para o exercício do cargo, assegurando paridade remuneratória entre o auxiliar administrativo de nível médio (AUX/NM-1) e o cargo de nível superior (AUX/NS-1), e determinando, sem a realização de concurso público, o aproveitamento de ocupantes do cargo de nível médio (código AUX/NM-1 – carreira em extinção), ao cargo de nível superior (código AUX/NS-1). Assim, Júlio, que possui escolaridade média e ingressou no cargo de auxiliar em 2015 foi aproveitado no cargo AUX/NS-1, passando a perceber a mesma remuneração dos servidores aprovados no concurso de 2020, de escolaridade superior. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) é válido o aproveitamento do servidor, uma vez que o cargo de nível médio foi extinto e os servidores dos dois níveis desempenharão as mesmas funções, de modo que a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará somente a natureza e o grau de responsabilidade dos cargos componentes de cada carreira.
- b) é válido aproveitamento do servidor, uma vez que o cargo de nível médio foi extinto e os servidores dos dois níveis desempenharão as mesmas funções, não devendo ser considerado os requisitos para a investidura na fixação dos padrões de vencimento.
- c) é inválido o aproveitamento e toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, ainda que seja em cargo que integra a carreira na qual anteriormente investido.
- d) é inválido o aproveitamento de servidor, aprovado em concurso público a exigir formação de nível médio, em cargo que pressuponha escolaridade superior.

Questão 30

A Organização Social (OS) “Fome de saúde”, que funciona regularmente há quatro anos, na área de promoção da segurança alimentar e nutricional, pretende qualificar-se junto ao Município de Laranjais como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para firmar parceria de atuação na área da saúde. Para tanto, envia consulta a você, na qualidade de advogado, que deverá informar corretamente que:

- a) a parceria não poderá ser firmada, uma vez que Organizações Sociais não podem se qualificar como OSCIPs.
- b) a parceria poderá ser firmada, desde que a OS não tenha fins lucrativos e apresente as garantias exigidas por lei.
- c) a parceria poderá ser firmada, uma vez que o objeto é lícito e a lei apenas exige o funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos.
- d) a parceria não poderá ser firmada, uma vez que a área de atuação da OS não está prevista na lei como passível de qualificação como OSCIPs.

Questão 31

Determinado prédio, sede da Secretaria de Saúde do Estado Y, localizado na capital do Estado, o Município X, sofreu um incêndio, por força de um curto-circuito, acabando por ficar totalmente destruído. Diante da inviabilidade de sua utilização, o Governo do Estado decidiu alienar o imóvel. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) diante da alienabilidade incondicionada, os bens públicos podem ser objeto de venda, com a prévia autorização das casas legislativas do Estado e do Município.
- b) os bens afetados ao domínio público gozam dos atributos da inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, portanto, incabíveis de alienação.
- c) apenas os bens dominicais podem ser alienados, mediante justificação prévia, autorização legislativa e licitação na modalidade pregão.
- d) ocorreu a desafetação tácita e o bem pode ser objeto de alienação, desde que observados os requisitos legalmente definidos na lei.

Questão 32

Virgílio, servidor público federal, costumeiramente abastecia seu automóvel de uso privado utilizando notas do órgão federal em que trabalha no posto de combustível conveniado. Diante do conhecimento do fato, através de monitoramento do e-mail corporativo do servidor, a autoridade competente instaurou processo administrativo disciplinar em face de Virgílio. Em razão da necessidade de busca de provas, o processo apenas foi concluído em 75 dias, tendo a comissão alterado a capitulação legal inicialmente atribuída a conduta. Virgílio, então, procurou você, na qualidade de advogado, que o informou corretamente que:

- a) A posterior alteração da capitulação legal da conduta tem o condão de gerar nulidade o Processo Administrativo Disciplinar, uma vez que o indiciado se defende do que for alegado.
- b) As irregularidades verificadas no processo disciplinar, para justificarem a sua anulação, independem da efetiva demonstração de prejuízos à defesa do servidor.
- c) O excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.
- d) As informações obtidas por monitoramento de e-mail corporativo de servidor público configuram prova ilícita, mesmo que relacionadas com aspectos "não pessoais" e de interesse da Administração Pública, em razão da inviolabilidade que possuem.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática de crimes ambientais, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminoso de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la. De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, é correto afirmar que:

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas apenas administrativa e civilmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.
- b) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a responsabilidade das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.
- c) Não cabe a desconsideração da pessoa jurídica no caso de crimes ambientais, em nenhuma hipótese.
- d) A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime ambiental terá decretada sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional.

Questão 34

O Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

O primeiro passo nesse processo é definição pelo órgão ambiental competente, com a participação do empreendedor, dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida.

De acordo com a Legislação Ambiental, é correto afirmar:

- a) No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.
- b) A Licença Prévia (LP) é concedida na fase preliminar e aprova a instalação do empreendimento ou atividade, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.
- c) Compete aos Estados promover o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de caráter militar, excetuando-se do licenciamento ambiental, nos termos de ato do Poder Executivo, aqueles previstos no preparo e emprego das Forças Armadas, conforme disposto na Lei Complementar 97, de 9 de junho de 1999.
- d) Inexistindo órgão ambiental capacitado ou conselho de meio ambiente no Município, a União deve desempenhar as ações administrativas municipais até a sua criação.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Leonel, prefeito de uma cidade do interior, ficou muito irritado ao assistir uma reportagem de um jornal local que expôs a festa de luxo que realizou usando o dinheiro da prefeitura. A reportagem fez críticas severas, irônicas e impiedosas a Leonel. Diante disso, Leonel decidiu procurar um advogado sobre a possibilidade de requerer uma indenização pelos danos à imagem e honra pessoal. Sobre o caso, assinale a alternativa correta:

- a) O jornal não deverá indenizar Leonel, uma vez que não caracteriza responsabilidade civil a publicação de matéria jornalística que narre fatos verídicos ou verossímeis, embora eivados de opiniões severas, irônicas ou impiedosas, pois se trata de liberdade de expressão.
- b) O jornal deverá ser responsabilizado, pois os fatos devem ser narrados de forma imparcial. Assim, opiniões severas, irônicas ou impiedosas geram dever de indenizar.
- c) O jornal somente seria responsabilizado caso Leonel não fosse uma pessoa pública.
- d) Por ser Leonel uma pessoa pública, o jornal não deverá ser responsabilizado, ainda que as notícias fossem falsas.

Questão 36

Marcos e Letícia tiveram um relacionamento amoroso durante alguns meses. Quando Letícia engravidou, Marcos acreditou que a gestação fora de propósito, pois ela fazia uso de anticoncepcional. Logo após o nascimento da filha do casal, eles romperam o relacionamento. No momento de registrar a criança no Registro Civil, Marcos foi sozinho e colocou um nome diferente do que Letícia e ele tinham combinado anteriormente, registrando a filha com o nome do anticoncepcional que Letícia utilizava quando engravidou. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O nome da criança não poderá ser mudado, pois não existe tal previsão na lei brasileira.
- b) O nome apenas poderá ser mudado caso seja comprovada o intuito de vingança de Marcos ao registrar a filha.
- c) A mudança do nome da criança, feita unilateralmente por Marcos, além de violar os deveres de lealdade e de boa-fé, configura ato ilícito e exercício abusivo do poder familiar, portanto, o nome da criança poderá ser mudado.
- d) O nome da criança apenas poderá ser mudado se for vexatório, podendo causar constrangimentos.

Questão 37

Esther adquiriu um imóvel, através de um contrato de compra e venda. A venda foi registrada no Registro de Imóveis competente, em setembro de 2020, e, no mesmo mês, Esther passou a morar no local. O proprietário anterior do imóvel era Wendel, que no contrato se responsabilizou por qualquer débito anterior à venda. Contudo, em abril de 2021, Esther foi surpreendida com uma cobrança de cotas condominiais anteriores ao contrato de compra e venda. Sobre o caso, é correto afirmar

- a) Esther é responsável pelo pagamento das cotas condominiais, mesmo sendo anteriores à compra e venda do imóvel.
- b) Wendel é responsável pelo pagamento das cotas condominiais, pois são anteriores à compra e venda do imóvel, ainda que não houvesse previsão no contrato.
- c) Wendel é responsável pelo pagamento das cotas condominiais, pois no contrato de compra e venda se responsabilizou pelos débitos anteriores.
- d) Esther apenas será responsável pelo pagamento das cotas condominiais caso Wendel não tenha condições financeiras de arcar com os valores.

Questão 38

Cleiton adquiriu um imóvel para morar com a sua futura esposa, Fernanda, após o casamento. Ao consultar o imóvel no Registro de Imóveis, Cleiton descobriu que o imóvel estava hipotecado e o credor era o Banco ABC. O valor que Cleiton iria pagar pelo imóvel estava abaixo do que ele valia, pois o dono, José, tinha pressa na venda. Cleiton decidiu pagar a hipoteca para não ter problemas futuros e ficar com o tão sonhado imóvel. Contudo, ao procurar o Banco ABC, este se recusou a

receber o pagamento, alegando que Cleiton não faz parte da relação obrigacional e, por esse motivo, não pode quitar a dívida. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta.

- a) Cleiton é terceiro não interessado, pois não participou da hipoteca.
- b) Cleiton é terceiro interessado, portanto, parte legítima para realizar uma consignação em pagamento.
- c) Cleiton é terceiro interessado, mas não poderá utilizar a consignação em pagamento, já que não fez parte da hipoteca.
- d) Apesar de ser terceiro não interessado, Cleiton poderá utilizar a consignação em pagamento para quitar a dívida.

Questão 39

Paulo, solteiro e sem filhos, durante sua vida, com muito trabalho e esforço, adquiriu um patrimônio de 750 milhões de reais. Antônio e Maria, seus pais já eram falecidos. Como parentes vivos ele tinha Alessandro, também filho de Antônio e Maria, e João, filho de Antônio e Joana. Sobre a divisão do patrimônio de Paulo, assinale a alternativa correta.

- a) O patrimônio será dividido da seguinte forma: 250 milhões de reais para João e 500 milhões de reais para Alessandro.
- b) O patrimônio será dividido da seguinte forma: 375 milhões de reais para Alessandro e 375 milhões de reais para João, pois pode haver diferença entre filhos.
- c) O patrimônio será dividido da seguinte forma: 250 milhões de reais para Alessandro e 500 milhões de reais para João.
- d) João deverá herdar todo o patrimônio, já que os irmãos bilaterais têm preferência em relação aos unilaterais, que nada recebem.

Questão 40

André e Vitor celebraram contrato para a realização de reformas na casa do primeiro. No contrato foi estipulada cláusula penal no valor de 20% do valor do contrato em caso de inadimplemento. Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Caso Vitor fique inadimplente, para André executar a cláusula penal deve comprovar a existência de prejuízo no valor da cláusula penal.
- b) Caso o valor do prejuízo de André, em caso de inadimplência de Vitor, seja maior do que o estipulado na cláusula penal, este poderá cobrar uma indenização suplementar, mesmo que não haja previsão no contrato.
- c) Caso o valor do prejuízo de André, em caso de inadimplência de Vitor, seja maior do que o estipulado na cláusula penal, este poderá cobrar uma indenização suplementar, desde que haja previsão no contrato.

d) Caso André queira executar a cláusula penal, não necessita comprovar a existência de prejuízo no valor da cláusula penal e poderá, ainda, cobrar indenização suplementar caso o prejuízo seja maior, mesmo que não haja previsão contratual.

Questão 41

Lúcia possuía uma dívida de cartão de crédito com o Banco Enrolados. Alguns anos depois, ao ser cobrada, Lúcia imediatamente realizou o pagamento do boleto. Contudo, apenas depois de realizar o pagamento Lúcia percebeu que a dívida estava prescrita. Sobre o caso, assinale a afirmativa correta:

- a) Lúcia terá direito a restituição do valor, pois se trata de enriquecimento sem causa por parte do Banco Enrolados, não sendo possível cobrar uma dívida prescrita.
- b) Lúcia não terá direito a restituição do valor, pois o pagamento se perfectibilizou.
- c) O Banco Enrolados cometeu ato ilícito ao cobrar uma dívida prescrita, pelo que deve indenizar Lúcia.
- d) Por se tratar de uma obrigação natural, o Banco Enrolados deverá restituir o valor pago a Lúcia.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

João Pedro, uma criança de 6 anos de idade, está em processo de alfabetização, mas seus pais entendem que a criança deve, desde cedo, ajudá-los no comércio e abandonar os estudos, deixando de matriculá-lo na escola próxima à residência. Como se não bastasse, os vizinhos relatam que constantemente escutam brigas entre o casal e violência física contra a criança. Considerando as medidas de proteção previstas no ECA, pode-se afirmar:

- a) A aplicação das medidas deve ser guiada pelo princípio da publicidade para garantir que a sociedade e seus setores acompanhem e fiscalizem a correta aplicação da lei e a defesa dos interesses de João Pedro.
- b) João Pedro, por ser uma criança, não deve ser ouvido quando da definição da medida de proteção a ser aplicada.
- c) A autoridade poderá determinar a matrícula obrigatória em estabelecimento oficial de ensino, assim como poderá requisitar tratamento psicológico para a criança.
- d) A depender do grau de violência constatado no caso concreto, o afastamento de João Pedro do convívio familiar poderá ser determinado pela autoridade judiciária, pelo membro do Ministério Público ou pelo Conselho Tutelar.

Questão 43

Roberta estava passeando com as amigas no shopping e foi desafiada a furtar um celular. Um rapaz, após terminar sua refeição principal, esqueceu o aparelho em cima da bandeja enquanto comprava uma sobremesa. Roberta conseguiu pegar o aparelho nesse intervalo de tempo mas, logo em seguida, foi abordada pelos seguranças do shopping que, prontamente, ligaram para a polícia e para os pais da adolescente. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) A medida a ser aplicada deverá considerar a capacidade de Roberta cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.
- b) Dentre as medidas socioeducativas aplicáveis, a internação é a mais indicada, tendo em vista o alto valor econômico do bem furtado.
- c) A advertência e a obrigação de reparar o dano exigem provas suficientes da autoridade e da materialidade da infração.
- d) Se, por qualquer motivo, houver manifesta impossibilidade de restituir o aparelho celular ao proprietário, o magistrado não poderá aplicar a obrigação de reparar o dano.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Carlos descobriu ser portador de uma doença renal crônica, tendo seu médico receitado para ele um medicamento que, na época, custava cerca de R\$ 50 mil (cinquenta mil reais). Impossibilitado de custear o tratamento, Carlos solicitou que o seu plano de saúde fornecesse a ele o medicamento, o que foi negado pela operadora, sob o argumento de que se trata de um remédio de uso domiciliar, para administração em ambiente externo ao da unidade de saúde. Inconformado com a recusa, ele procurou você, na qualidade de advogado, que deverá informá-lo corretamente que:

- a) Os medicamentos receitados por médicos para uso doméstico e adquiridos comumente em farmácias estão, em regra, cobertos pelos planos de saúde.
- b) As normas do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se diretamente aos planos de saúde, e, em casos de incompatibilidade de normas, pelos critérios da especialidade e da cronologia, deve prevalecer a lei especial nova.
- c) É lícita a exclusão, pela operadora de plano de saúde, do fornecimento de medicamentos para tratamento domiciliar, salvo os antineoplásicos orais (e correlacionados), a medicação assistida (home care) e os incluídos no rol da Agência Nacional de Saúde para esse fim.
- d) Se o contrato de plano de saúde contiver cláusula que vede de forma absoluta o custeio do serviço de home care (tratamento domiciliar), a operadora do plano não será de modo algum obrigada a custeá-lo em substituição à internação hospitalar contratualmente prevista.

Questão 45

O Município de Paraisinho ajuizou ação coletiva de consumo em face de uma loja de departamentos situada no município diante dos danos causados a consumidores locais pela realização de propaganda enganosa, e obteve a condenação do fornecedor ao pagamento de indenização dos prejuízos causados individualmente aos consumidores substituídos. Jucilene é uma dessas consumidoras e procurou você, na qualidade de advogado, para saber como poderá ser beneficiada da decisão e ressarcida pelo dano. Você deverá informá-la corretamente que:

- a) o Município deverá promover a liquidação e a execução de sentença, sendo que, somente diante da sua inércia, poderão os beneficiários ingressar individualmente com a execução.
- b) a legitimidade ativa para liquidação e a execução de sentença pelo Município é subsidiária e decorre da inércia dos beneficiários em se habilitar no processo.
- c) a legitimidade ativa para liquidação e a execução de sentença é exclusiva dos beneficiários, que deverão se habilitar no processo, observado o prazo prescricional.
- d) o Município e os beneficiários são legitimados concorrentes para a liquidação e a execução de sentença, mas estes terão preferência no pagamento.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

De acordo com a jurisprudência consolidada do STJ a respeito do cheque:

- a) não caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado
- b) em ação monitória fundada em cheque prescrito ajuizada contra o emitente, é indispensável a menção ao negócio jurídico subjacente à emissão da cártula
- c) a simples devolução indevida de cheque não caracteriza dano moral.
- d) o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão estampada na cártula.

Questão 47

Em relação à sociedade limitada,

- a) a responsabilidade de cada sócio é adstrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem a título subsidiário pela integralização do capital social.
- b) os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantias se distribuírem com prejuízo do capital.
- c) o contrato social poderá prever a regência supletiva de sua administração pelas normas das sociedades cooperativas.

d) a administração atribuída no contrato a todos os sócios estende-se de pleno direito aos que posteriormente adquirirem essa qualidade.

Questão 48

Cleber e Maurício estabelecem uma sociedade, mas os atos constitutivos dessa sociedade, embora elaborados e subscritos pelos interessados, não foram levados a registro. Maurício realizou contrato com terceiro em nome da sociedade, sem que Cleber tenha participado da negociação. Nesta situação,

- a) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas e não tem direito ao benefício de ordem.
- b) somente Maurício tem responsabilidade pelas obrigações contraídas, mas é lhe assegurado o benefício de ordem.
- c) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações contraídas, mas somente Maurício está excluído do benefício de ordem.
- d) ambos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais e ambos têm assegurado o benefício de ordem.

Questão 49

O estabelecimento empresarial, segundo o código civil é:

- a) uma universalidade de fato, formada por bens materiais e imateriais organizados por empresário ou sociedade empresária;
- b) uma universalidade autônoma com personalidade jurídica própria;
- c) o lugar onde o empresário desenvolve as suas atividades e relação sinonímia com o ponto empresarial;
- d) exclusiva e unicamente vinculado ao lugar onde o empresário ou sociedade empresário desenvolve as suas atividades;

Questão 50

Em relação à sociedade empresarial de cônjuges, é correto afirmar que:

- a) é permitida, salvo se o regime de bens do casal for o da comunhão universal de bens ou da separação obrigatória;
- b) é proibida seja lá qual for o regime de bens;
- c) é permitida, salvo no caso de separação obrigatória;
- d) é permitida, mas depende de autorização judicial;

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Os irmãos Ronaldo e Roberto são proprietários de um excelente touro reprodutor. Diante de uma proposta irrecusável de Simone e Sandra, decidem vender o animal. Passados dois meses da celebração do negócio, o animal já havia sido entregue, mas as irmãs não haviam desembolsado o valor acordado. Desse modo, Ronaldo e Roberto decidem ajuizar a ação cabível em face de Simone. Nesse caso, qual a medida que deve ser adotada para que Sandra também integre o polo passivo da demanda?

- a) Sandra deverá pleitear seu ingresso enquanto assistente simples do irmão.
- b) Deve-se promover a denunciação da lide.
- c) Simone deve requerer o chamamento ao processo da irmã Sandra.
- d) Sandra deverá atuar como amicus curiae.

Questão 52

Guilhermina foi intimada pelo magistrado para que pratique determinado ato processual necessário ao seguimento da ação. Por desatenção, Guilhermina não viu quantos dias dispunha para a prática do ato. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Se inexistir preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, considera-se que Guilhermina tem 10 (dez) dias para a prática do ato.
- b) Se Guilhermina praticar o ato antes do termo inicial do prazo, aquele será considerado tempestivo.
- c) Guilhermina deverá contar o prazo computando os dias úteis, de segunda a sábado, excluindo os feriados e domingos.
- d) Os prazos materiais e processuais devem ser computados em dias corridos.

Questão 53

Elaine peticionou ao juízo requerendo a prisão de Bartira, pois esta não havia cumprido fielmente seu encargo como depositária, bem como a devolução do bem depositado. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Bartira será citada para apresentar sua resposta e comunicar ao juízo sobre o interesse em participar de audiência de conciliação ou de mediação.
- b) Em caso de recurso da decisão, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias e deverá determinar a intimação de Bartira para apresentar contrarrazões.
- c) O magistrado poderá julgar liminarmente o pedido independentemente da citação de Bartira.
- d) Elaine poderá recorrer da decisão por agravo de instrumento.

Questão 54

O magistrado Ramon percebeu que parte dos pedidos formulados por Adriane estava apta para julgamento e, assim, decidiu julgar antecipadamente o mérito. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão de Ramon é impugnável por agravo de instrumento.
- b) Adriane poderá liquidar e promover o cumprimento da decisão nos próprios autos da ação.
- c) A parte contrária deve valer-se de apelação para recorrer da decisão proferida por Ramon.
- d) Considerando que a ação continuará a tramitar em relação aos demais pedidos, Adriana só poderá executar a obrigação reconhecida se prestar caução.

Questão 55

Passados dezoito meses do trânsito em julgado de uma ação de cobrança, a parte autora teve acesso a uma série de documentos que sequer sabia que existiam e que, por si só, eram suficientes para lhe assegurar pronunciamento judicial favorável. Nesse caso, quais medidas devem ser tomadas por seu advogado?

- a) O advogado deverá ajuizar uma nova ação, que será distribuída por dependência, demonstrando que o acesso aos documentos só ocorreu após o trânsito em julgado da ação originária.
- b) O advogado nada poderá fazer pois o prazo para a ação rescisória é de 1 ano, contado da última decisão proferida.
- c) Deverá propor ação rescisória, tendo em vista que ainda não transcorreu o prazo decadencial de dois anos.
- d) O advogado poderá propor ação rescisória, posto que não transcorreu o prazo prescricional de dois anos.

Questão 56

Proferida a sentença, João decidiu interpor apelação para que um dos pedidos formulados fosse analisado pelo Tribunal. Maria das Dores, que também foi sucumbente, decide interpor recurso adesivo. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Não cabe recurso adesivo de apelação.
- b) O recurso adesivo interposto por Maria das Dores fica subordinado à apelação interposta por João.
- c) Caso João desista da apelação, o recurso adesivo interposto por Maria deverá prosseguir normalmente.
- d) O recurso adesivo tem prazo distinto dos demais, devendo ser interposto em 10 (dez) dias.

Questão 57

Agostinho é proprietário de um carro do ano de 2018, uma casa de praia em Porto de Galinhas (Pernambuco), 500 (quinhentas) cabeças de gado em sua fazenda no interior de Goiás, dois milhões de reais aplicados em instituição financeira e 3 milhões em títulos da dívida pública da União. Em uma eventual penhora, como deve proceder o juiz?

- a) A ordem estabelecida pelo Código de Processo Civil é obrigatória e a penhora deverá incidir primeiramente na aplicação em instituição financeira.
- b) A penhora deverá incidir primeiramente sobre a aplicação em instituição financeira e o magistrado poderá alterar a ordem prevista no Código em relação aos demais bens.
- c) A ordem apresentada pelo Código de Processo Civil é preferencial, podendo ser modificada pelo magistrado livremente e, assim, a penhora incidirá primeiramente nos títulos da dívida pública da União.
- d) A penhora deverá obedecer à seguinte ordem: aplicação em instituição financeira, casa de praia em Porto de Galinhas e fazenda em Goiás, carro do ano de 2018, cabeças de gado e, por fim, títulos da dívida pública da União.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Daniel, em dia de sol, levou sua filha, Vanessa, de 05 anos, para a piscina do clube, porém, enquanto a filha brincava na piscina, Daniel precisou ir ao banheiro, solicitando, então, que sua amiga Caroline, que estava no local, ficasse atenta para que nada de mal ocorresse com Vanessa, sendo que, esta se comprometeu a cuidar da criança. Naquele dia, Flavio era o salva-vidas da piscina do clube e Carol, que sempre fora apaixonada por ele, começou a conversar com o rapaz ficando ambos de costas para a piscina. Vanessa começa a se afogar, ficando um bom tempo embaixo da água, vindo a morrer no local. O pai da menina viu quando aconteceu através da janela no banheiro em que estava, mas como o fecho da porta estava emperrado não conseguiu sair a tempo de agir, enquanto Flavio e Carol sequer viram o afogamento da criança, pois estavam de costas para a piscina conversando. Considerando as informações narradas, você como advogado(a) deverá esclarecer que:

- a) Somente Daniel, poderá responder por homicídio culposo, já que era o único com dever legal de agir por ser pai da criança.
- b) Somente Carol e Flavio poderão responder por homicídio culposo, já que podiam atuar e possuíam obrigação de agir na situação.
- c) Daniel, Carol e Flavio poderão responder por homicídio culposo, já que os três tinham o dever de agir e não atuaram para impedir o resultado.

d) Flavio poderá responder pela omissão de socorro, e os demais por homicídio culposo.

Questão 59

Denis foi condenado pela prática de duas tentativas de roubo majoradas pelo concurso de agentes na forma do Art. 70, todos do CP. No momento de fixar a sanção penal, o juiz aplicou a pena base no mínimo legal, aumentou a pena do máximo, considerando as circunstâncias do crime, em especial a quantidade de agentes (5 agentes). Por fim, reduziu, ainda na terceira fase, a pena do mínimo legal (1/3) em razão da tentativa, fundamentando na gravidade do delito e também na circunstância da quantidade de agentes. Após a aplicação da pena dos dois delitos, reconheceu o concurso formal de crimes, aumentando a pena de um deles de acordo com a quantidade de crimes praticados. Considerando as informações narradas, de acordo com a jurisprudência pacificada do Superior Tribunal de Justiça, você, (a) advogado(a) de Denis, quanto à aplicação da pena, deverá buscar:

- a) a redução do aumento da pena na segunda fase diante do argumento do número de agentes não ser adequado para isso
- b) a redução do quantum de aumento de pena na segunda fase diante do argumento de circunstâncias do crime não poder ser utilizado para interferir na dosimetria da pena
- c) a redução do quantum de aumento em razão do reconhecimento do concurso de crimes, devido à fundamentação inadequada.
- d) o aumento do quantum de diminuição de pena em razão do reconhecimento da tentativa, pois a fundamentação apresentada pelo magistrado para definir o valor de diminuição foi inadequada.

Questão 60

Técio, desempregado, decide utilizar seu conhecimento de informática para produzir um programa destinado à falsificação de moedas. Assim, pega uma moeda falsa de R\$ 3,00 (três reais) e, com um colega também envolvido com falsificações, tenta colocá-la em livre circulação, para provar o sucesso da empreitada. Porém, Rodolfo, que recebe a moeda, percebe a falsidade rapidamente, em razão do valor suspeito, e decide chamar a Polícia, que apreende a moeda e o computador. Técio é indiciado pela prática de crimes e, já na Delegacia, liga para você, advogado(a), para esclarecimentos sobre a tipicidade de sua conduta: Considerando as informações narradas, em conversa sigilosa com seu cliente, você deverá esclarecer que a conduta de Técio configura:

- a) atos preparatórios impunível, sem a prática de qualquer delito.
- b) crimes de moeda falsa tentando e de petrechos para falsificação de moeda consumado.

- c) crime de moeda falsa, apenas, em sua modalidade tentada, ficando o crime de petrechos para falsificação absorvido.
- d) apenas crime de petrechos para falsificação de moeda consumado.

Questão 61

No dia 15/04/2016, Vander tomado por ciúmes em relação à forma de dançar de sua esposa, Claudia, efetua disparos de arma de fogo contra ela, com a intenção de matá-la. Após acertar dois disparos no peito da esposa, arrependido, Vander a leva para o hospital, onde esta fica em coma por uma semana. No dia 22/04/2016, Claudia vem a falecer, em razão das lesões causadas pelos disparos da arma de fogo. Ao tomar conhecimento dos fatos, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de Vander, imputando-lhe a prática do crime homicídio qualificado, uma vez que, em 19/04/2016, foi publicada a Lei, que passou a prever a qualificadora utilizada. Todos os fatos são confirmados e, em seguida, os autos são encaminhados a você advogado(a) de Vander para manifestação. Considerando apenas as informações narradas, você poderá, no momento da manifestação para a qual foi intimado, pugnar pelo imediato:

- a) reconhecimento do arrependimento eficaz.
- b) reconhecimento da desistência voluntária.
- c) afastamento da qualificadora do homicídio.
- d) reconhecimento da causa de diminuição de pena da tentativa.

Questão 62

Marcos, João e Paulo, irmãos, foram condenados, respectivamente, pela prática do crimes de homicídio simples contra inimigo, furto qualificado por rompimento de obstáculo e estupro simples. Após cumprirem parte das penas privativas de liberdade aplicadas, o pai dos condenados procura o advogado da família para esclarecimentos sobre a possibilidade de serem beneficiados por um decreto de indulto recém publicado.

Com base apenas nas informações narradas, o advogado deverá esclarecer que, em tese:

- a) apenas João poderá ser beneficiado, pois os crimes praticados por Marcos e Paulo são classificados como hediondos.
- b) Marcos e João poderão ser beneficiados, pois os crimes praticados por eles não são classificados como hediondos, diferentemente do que ocorre com o crime imputado a Paulo.
- c) Marcos, João e Paulo poderão ser beneficiados, pois, apesar de serem hediondos os delitos praticados pelos três, o indulto poderá ser eventualmente concedido em respeito ao princípio da individualização da pena.

d) Marcos, João e Paulo poderão ser beneficiados, tendo em visto que nenhum dos delitos praticados é classificado como hediondo.

Questão 63

José foi condenado definitivamente pela prática de determinado crime, já estando em cumprimento dessa pena. Ao mesmo tempo, Julio respondia a uma ação penal pela prática do mesmo crime cometido por José. Durante o cumprimento da pena por José e do início do processo de Julio, foi publicada, e entrou em vigor, uma lei que deixou de considerar as condutas dos dois como criminosas. Ao tomarem conhecimento da vigência da nova lei, ambos lhe procuram, como advogado(a), para a adoção das medidas cabíveis. Com base nas informações narradas, você deverá esclarecer que seus clientes que:

- a) não poderá buscar a extinção da punibilidade de José em razão de a sentença condenatória já ter transitado em julgado, mas poderá buscar a de Julio, que assim continuará sendo considerado primário e de bons antecedentes.
- b) poderá buscar a extinção da punibilidade dos dois, fazendo cessar todos os efeitos civis e penais da condenação de José, inclusive não podendo esta ser considerada para fins de reincidência ou maus antecedentes.
- c) não poderá buscar a extinção da punibilidade dos dois, tendo em vista que a data dos fatos foi anterior à edição da nova lei.
- d) poderá buscar a extinção da punibilidade dos dois, fazendo cessar todos os efeitos penais da condenação de José, mas não afetando os efeitos extrapenais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Pedro tornou-se réu em processo criminal por roubo. Após o esgotamento das diligências do oficial de justiça tentando localizar Pedro para ser pessoalmente citado, informa ao juiz que o acusado está em local incerto e não sabido. Nesse caso, após a citação por edital, aponte a alternativa correta:

- a) Pedro precisa comparecer em juízo para poder exercer a sua defesa, ou será julgado à revelia.
- b) Se Pedro não comparecer e não constituir advogado, a decretação de sua prisão preventiva será automática.
- c) Se Pedro não comparecer e não constituir advogado, a produção antecipada de provas será automática.
- d) Se Pedro não comparecer e não constituir advogado, o processo e o curso do prazo prescricional ficarão suspensos independentemente de qualquer requerimento.

Questão 65

Jéssica foi denunciada pela prática de crime de furto qualificado por rompimento de obstáculo, tendo em vista ter arrancado e rompido o colar do pescoço da vítima. O juiz, sem alterar os fatos e sem nenhuma prova nova durante a instrução, por discordar da capitulação jurídica feita pelo Ministério Público:

- a) O juiz na sentença poderá condenar Jéssica pelo crime de roubo, por força da emendatio libelli.
- b) O juiz não poderá lavrar a sua sentença antes de o Ministério Público aditar a denúncia.
- c) O juiz na sentença poderá condenar Jéssica pelo crime de roubo, por força da mutatio libelli.
- d) O juiz poderá condenar Jéssica pelo crime de roubo, em respeito ao princípio da correlação entre a acusação e a sentença.

Questão 66

Quanto ao inquérito policial, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) O inquérito policial poderá ser instaurado de ofício pela Autoridade Policial nos crimes perseguíveis por ação penal pública incondicionada.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá ser iniciado sem ela.
- c) Nos crimes de ação penal privada, não caberá instauração de inquérito policial, mas sim a lavratura de termo circunstanciado.
- d) O inquérito policial, mesmo nos crimes hediondos, poderá ser dispensável para o oferecimento de denúncia.

Questão 67

Quando a parte se manifesta, esclarecendo que não deseja recorrer, estamos diante do fenômeno processual conhecido como

- a) preclusão.
- b) desistência.
- c) deserção.
- d) renúncia.

Questão 68

Qual das alternativas abaixo está de acordo com o instituto da colaboração premiada, prevista na Lei 12.850 de 2013:

- a) Não se admite a colaboração premiada após a condenação do réu por sentença de primeiro grau.
- b) Incumbe à acusação indicar as provas e os elementos de corroboração das alegações feitas pelo colaborador.
- c) Em caso de eventual conflito de interesses, a colaboração não poderá ser negociada.
- d) Nenhuma tratativa sobre colaboração premiada deve ser realizada sem a presença de advogado constituído ou defensor público.

Questão 69

Cleber, policial militar, agindo como policial disfarçado, induz Pedro, seu vizinho, a cortar uma árvore centenária em seu terreno. No momento em que pega o machado, porém antes do primeiro golpe, é detido por 16 policiais florestais, fortemente armados. Pedro, então, recebe voz de prisão em flagrante por crime ambiental. A respeito dessa prisão, podemos identificar a espécie de:

- a) flagrante preparado.
- b) flagrante postergado.
- c) flagrante diferido.
- d) flagrante retardado.

Estratégia
OAB

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Vandeco dos Anjos foi comunicado de que suas férias se iniciariam no dia 20/08/2021, e que perceberia a devida remuneração, acrescida do terço constitucional, no exato dia de início das férias.

Diante do exposto, segundo os ditames celetistas, assinale a alternativa correta.

- a) O empregador agiu corretamente, já que o pagamento das férias deve ocorrer até o início de sua fruição.
- b) O empregador não agiu de forma acertada, já que deveria ter efetuado o pagamento do terço constitucional apenas no retorno do empregado.
- c) O empregador não agiu de forma acertada, pois o pagamento deve ser efetuado em até dois dias antes do início das férias, o que apenas implicará em autuação pelo fiscal do trabalho.
- d) O empregador não agiu de forma acertada, pois o pagamento deve ser efetuado em até dois dias antes do início das férias, e a não observância implica em pagamento em dobro da remuneração de férias.

Questão 71

Juarez foi contratado pela Empresa “XPTO” para laborar em regime de teletrabalho. Contudo no curso do contrato de trabalho, o empregador solicitou a alteração para o regime presencial.

Nessa situação, acerca do tema teletrabalho, assinale a alternativa correta.

- a) A alteração contratual depende da anuência do empregado.
- b) A referida alteração não é considerada lícita, ainda que consentida pelo empregado.
- c) A referida alteração depende de mútuo consentimento das partes.
- d) A alteração pode ser feita, a critério do empregador, quando deverá se conceder um prazo mínimo de transição de 15 dias.

Questão 72

A empregada Gilda, contratada pela empresa “ZWR”, foi promovida a função de gerente, depois de 10 anos na função de atendente, quando passou a perceber uma gratificação de função.

Contudo, em meados de maio de 2021, a empregada foi revertida ao cargo efetivo ocupado anteriormente.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A alteração contratual equivale a rebaixamento, o que é vedado pelo ordenamento jurídico.
- b) A alteração contratual equivale a reversão, e a gratificação de função não poderá ser retirada.
- c) A empregada não poderá ter a função alterada, em razão da inalterabilidade contratual lesiva.
- d) A alteração contratual equivale a reversão, e a gratificação de função poderá ser retirada.

Questão 73

A empresa “X” foi ofendida em redes sociais pela sua ex-empregada, Felismina. Contudo, a repercussão das ofensas foram graves e afetaram financeiramente a empresa, a qual pretende buscar indenização por danos extrapatrimoniais frente à empregada.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A pessoa jurídica poderá ser indenizada, diante das ofensas sofridas, tendo-se por parâmetro o salário contratual do ofensor.
- b) A Justiça do Trabalho não reconhece a indenização por danos extrapatrimoniais para pessoa jurídica.
- c) O empregado deverá indenizar o empregador no limite do que teria direito, em iguais condições.
- d) O empregado deverá indenizar o empregador em até 20 vezes o teto da previdência.

Questão 74

A empresa XP celebrou um contrato de experiência com Beto, assistente de marketing. Contudo, após 45 dias de labor, o empregado sofreu um acidente no percurso do trajeto de casa para o trabalho, o que culminou em seu afastamento e com a percepção do devido benefício previdenciário.

Nessa hipótese,

- a) o empregado não adquirirá direito a estabilidade provisória.
- b) o empregado terá direito a estabilidade provisória, independentemente se tiver percebido auxílio-doença comum.
- c) o empregado terá estabilidade provisória de doze meses após a cessação do benefício previdenciário.
- d) o empregado não adquirirá estabilidade provisória, em razão de tratar-se de contrato por prazo determinado.

Questão 75

Maria Florentina trabalha para a Empresa “BBB” e cumpria jornada no período das 22h às 5h. Contudo, a empregada habitualmente prestava horas extras, quando permanecia na empresa até às 7h.

Nessa situação, a empregada Maria Florentina

- a) terá direito ao adicional noturno quanto às horas prorrogadas.
- b) não terá direito ao adicional noturno, quanto ao período em que prestou horas, somente.
- c) deverá optar pelo adicional noturno ou adicional de horas extras, sendo vedada a sua cumulação.
- d) apenas terá direito ao adicional de horas extras.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Juju Popular trabalhou como professora para a Escola “Sonho Azul” no período de janeiro de 2002 a março de 2012, mas sem ter a sua CTPS anotada. Contudo, após oito anos de sua dispensa, Juju foi verificar a possibilidade de se aposentar, e a informaram que ainda não possuía o tempo de serviço necessário.

Nesta situação, Juju pretende intentar ação trabalhista para conseguir o reconhecimento do vínculo empregatício e fazer prova perante o INSS.

Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) Juju poderá ajuizar a ação trabalhista, já que não prescreve o direito de reconhecimento de vínculo.
- b) A ação já está prescrita, e Juju não obterá êxito em sede de reclamação trabalhista.
- c) O direito de reconhecimento de vínculo prescreve em trinta anos, a contar da extinção do contrato de trabalho.
- d) A Justiça do Trabalho não possui competência para julgar tal demanda.

Questão 77

Dan Dan teve penhorado diversos de seus bens, em sede de ação trabalhista, a qual não conhece as partes e tão pouco o empregado. Nesta situação, Dan Dan apresentou embargos de terceiro, mas não obteve êxito, o que ainda persistiu frente ao julgado do TRT.

Nesta situação, Dan Dan poderá

- a) interpor recurso de revista, se houver violação a Súmula do TST.
- b) interpor agravo de petição, se garantido o juízo.
- c) interpor recurso de revista, se houver violação a Constituição Federal.
- d) interpor recurso ordinário, se garantido o juízo.

Questão 78

Julgue as assertivas a seguir, de acordo com as normas de Direito Processual do Trabalho, previstas na CLT:

- I. Os prazos processuais estabelecidos pela CLT poderão ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, segundo o entendimento do juízo.
- II. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão objeto da perícia, salvo se beneficiária da justiça gratuita.
- III. Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.

Estão corretas:

- a) As assertivas I e III.
- b) As assertivas I e II.
- c) As assertivas II e III.
- d) Somente a assertiva II.

Questão 79

Maria Christina ajuizou ação trabalhista em face de seu ex-empregador, Sr. Claudemir. Contudo, no dia da audiência, a reclamante pretende desistir do processo, já que ainda possui grande feição pela família de seu ex-empregador.

Nessa situação, acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- a) A reclamante poderá, a qualquer momento, desistir da ação.
- b) Independente do oferecimento da contestação, a reclamante não poderá mais desistir da ação.
- c) A reclamante apenas poderá desistir da ação, mediante pagamento das custas processuais.
- d) Oferecida a contestação, ainda que eletronicamente, a reclamante não poderá, sem o consentimento do reclamado, desistir da ação.

Questão 80

O advogado, Pedrinho, impetrou mandado de segurança perante o Tribunal Regional do Trabalho para fins de que se realize perícia, sem a necessidade de antecipação dos honorários periciais. Contudo, neste ato, o advogado não juntou procuração, sob a justificativa que a procuração específica, a ele outorgada, para o ajuizamento de Reclamação Trabalhista, a este ato também se estendia.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado possui procuração regular frente ao ato praticado.
- b) O advogado poderá impetrar mandado de segurança, independente de procuração.
- c) A situação retrata uma clara ilegitimidade de parte.
- d) A procuração outorgada, com poderes específicos, não autoriza a impetração de mandado de segurança.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>